NOTA DE ESCLARECIMENTOS SOBRE A GREVE

O Prefeito Municipal vem esclarecer a população sobre as diversas informações distorcidas e desprovidas de verdade, que irresponsavelmente foram divulgadas e estão sendo utilizadas para tumultuar os serviços da rede municipal de ensino, além de denegrir a imagem da gestão, direcionando o assunto para o campo político.

1 – Não reconhecemos a greve por entender que ela é ilegal e abusiva.

2 – A Atual gestão mantém rigorosamente em dia os pagamentos dos salários de todos os servidores da educação, inclusive, os salários do mês de Maio foram totalmente pagos no último dia 30, mesmo estando a classe em greve.

3 – Todos os servidores do magistério têm seus salários acima do piso nacional. Nenhum professor da rede pública de ensino do município recebe abaixo do piso nacional. O valor médio dos salários dos profissionais do magistério em Barra da Estiva é de R$ 3.557,00, onde alguns servidores têm salários de até R$ 6.203,00. De modo que 216 professores efetivos custam ao Município o valor médio mensal de quase 1 milhão de reais, sendo 768 mil reais em salários e 165 mil reais em contribuição patronal ao INSS.

4 – Os ajustes que foram realizados na composição do salário dos Servidores de apoio foram necessários para corrigir as ilegalidades e erros que vinham sendo pagos a esses servidores.

5 – O município mantém diálogo com a classe, ouvindo e colocando em pauta de negociação TODAS as reivindicações apresentadas pelos sindicatos, porém os cálculos demonstram que as despesas são maiores do que a receita. Os dados e as projeções financeiras apresentadas pela gestão aos representantes dos sindicatos e ao comando da greve não restam dúvidas que o Município de Barra da Estiva não comporta o encargo financeiro do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos profissionais da educação, evidenciado pelo Diagnóstico PCR, realizado em 2017 pelo Técnico no Ministério da Educação e levado ao conhecimento da classe.

6 – A gestão apresentou para os sindicatos e ao comando da greve as projeções das despesas com salários e encargos dos profissionais da educação para 2018, a DESPESA prevista representa aproximadamente 110% da RECEITA, sem a concessão dos reajustes requeridos, evidenciando a impossibilidade de aplicação do Plano de Carreira, o que vem gerando um desequilíbrio nas contas públicas e, consequentemente, a interrupção de outros serviços também essenciais à comunidade, como a saúde pública, manutenção de estradas, iluminação pública, segurança, tapa buracos, entre outros serviços. Nos municípios circunvizinhos as despesas com salários dos profissionais da educação estão no máximo em 80% da receita do FUNDEB. Como todos sabem os recursos devem ser aplicados também na manutenção e desenvolvimento da educação, como em: investimentos,

manutenções/reformas, combustível e manutenção do transporte escolar, entre várias outras despesas necessárias. As necessidades da Educação não se resumem apenas ao pagamento de salário.

7 – Os sindicatos solicitaram reajustes que vão aumentar o déficit previsto das despesas com pessoal da educação, inviabilidade esta já demonstrada pela equipe do governo nas reuniões com os grevistas, porém as propostas sugeridas pelos Sindicatos para adequação foram: demissão dos funcionários contratados que complementam o quadro atual da educação, assim como a extinção dos coordenadores educacionais. Propostas que contradizem com as solicitações dos diretores das unidades escolares que relatam a necessidade de manutenção dos contratados e de contratar mais alguns profissionais para atender a demanda.

8 – As evidências apontam que uma minoria de pessoas mal-intencionadas, infiltradas nos sindicatos, propagam mentiras e omitem a realidade financeira do município e a inviabilidade do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos da educação. Irresponsavelmente, tal minoria, incitou a greve sem querer entender que a execução financeira do plano de cargos é impossível, e agora que não podem argumentar contra os números, querem tumultuar e prejudicar o ensino da rede pública municipal, iludindo e enganando a grande maioria dos servidores afirmando ser possível pagar e conceder reajustes. Extrapolando os limites do bom senso, estão aproveitando da situação e influenciando uma opinião errônea junto aos pais de alunos, que muitas vezes não têm conhecimento dos dados aqui relacionados, deturpando a realidade dos fatos com finalidades contrárias ao bom funcionamento da Educação Municipal, talvez por interesse partidário. Com isso, coagindo e enganando alguns servidores a fazerem parte do movimento grevista, os quais relatam a vontade particular de voltar às atividades normais.

9 – É preciso esclarecer que os benefícios do Plano de Carreira foram bancados nas gestões anteriores com o recurso que deveria ser recolhido mensalmente para o INSS, e como todos sabem não foi recolhido, sendo parcelado no dia 26/12/2016 deixando o município endividado e com nome sujo. Hoje, a gestão mantém em dia o recolhimento do INSS dos funcionários e ainda paga a dívida dos anos anteriores.

10 – Por fim, pedimos que os pais e responsáveis dos alunos, além de toda a comunidade fiquem tranquilos quanto ao empenho da gestão em buscar uma solução responsável, dentro dos limites legais, fiscais e financeiros que o cenário atual do município comporta. De igual modo, será exigido o cumprimento do calendário escolar com a reposição dos dias letivos prejudicados pela greve.

Por fim, esperamos que o diálogo propositivo continue na mesa de negociação e que os servidores da educação retornem as suas atividades normais, evitando maiores prejuízos à rede pública de ensino e à comunidade.

João Machado Ribeiro - Prefeito Municipal